

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021
(Das Sras. Maria do Rosário e Érika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Sra. Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública para debater o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto, solicitamos que sejam convidados(as):

1. Representação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
2. Representação da Rede ECPAT Brasil;
3. Representação da Unicef/Brasil;
4. Representação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
5. Representação da Coordinfância do Ministério Público do Trabalho;
6. Representação da Childhood Brasil;
7. Representação da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente da OAB.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso combater de todas as formas o abuso e a exploração sexual. Nesse sentido, o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é fundamental. Entretanto, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Rede ECPAT denunciaram:



Em 2019, as denúncias de violações contra crianças e adolescentes representaram 55% do total de denúncias pelo Disque 100. A violência sexual ocupou a 5ª posição no registro das violências, totalizando 17.830 ocorrências. O Balanço mais recente apresentado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, aponta que, de janeiro a maio de 2021, foram registradas mais de 6 mil denúncias de violência sexual.

Mais da metade das violações citadas acontecem em casa, o que sugere que mesmo com baixo nível de notificações em outras redes, o número deva ser maior que em outros anos sem pandemia. Sob a ótica de gênero, meninas ainda representam a maior parte das vítimas de violências sexuais – 82%, em sua maioria adolescentes negras de 12 a 17 anos.

(...)

Notoriamente, muitos são os retrocessos e desmontes das estruturas de enfrentamento às violações de direitos contra crianças e adolescentes, desde a ausência de interlocução com o governo, ausência de orçamento, a extinção ou enfraquecimento de Programas específicos como Turismo Sustentável e Infância no âmbito do Ministério do Turismo, a reestruturação da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes criada em 2003, com avanços significativos no enfrentamento da violência sexual, revogada pelo Decreto Nº 10.701 de 17 de maio 2021, que institui a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, que além de perder a especificidade da pauta, extingue a participação da sociedade civil em sua representação.

Dessa forma, requeremos à Subcomissão que avalie os projetos que dispõem sobre o combate ao abuso e a à exploração sexual levando em conta as políticas públicas que estão sofrendo desmontes por parte do atual governo federal.

MARIA DO ROSÁRIO
Deputada Federal (PT/RS)

ÉRIKA KOKAY
Deputada Federal (PT/DF)

Coordenadoras da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos
Direitos da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional





Requerimento **(Da Sra. Maria do Rosário)**

Requer a realização de
Audiência Pública para debater o combate
ao abuso e exploração sexual de crianças
e adolescentes no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD215236875800, nesta ordem:

- 1 Dep. Maria do Rosário (PT/RS)
- 2 Dep. Erika Kokay (PT/DF)

